

validade. Contudo, na pragmática universal, no lugar da prova *a priori*, coloca-se agora a pesquisa transcendental das condições de legitimação argumentativa de pretensões de validade, as quais se referem, pelo menos implicitamente, a uma legitimação discursiva.

A dúvida de Habermas incide agora sobre a designação a dar a este tipo de pesquisa. Não lhe parece adequado continuar a chamar-lhe transcendental e isto por duas razões: em primeiro lugar, podemos plenamente descobrir um paralelo com a filosofia transcendental, quando consideramos os processos de compreensão sob o ponto de vista dos processos da experiência comunicativa: tal como podemos analisar a estrutura conceitual da experiência coerente, assim também se podem analisar os nossos conceitos *a priori* de proferimentos enquanto tais. No entanto, a consecução de experiências, que fazemos no processo de comunicação, é secundária em relação à meta da comunicação. Por conseguinte, as estruturas universais da fala devem ser pesquisadas, acima de tudo, sob o aspecto da compreensão e não somente sob o aspecto da experiência e, neste caso, o modelo das estruturas superficiais e profundas de Chomsky é muito mais apto que o modelo transcendental de Kant. Em segundo lugar, a aceitação do termo transcendental pode encobrir a ruptura com o apriorismo. Kant distingue radicalmente entre análise empírica e análise transcendental. Como vimos, Habermas estabelece uma diferença significativa entre saber reconstrutivo e saber empírico-analítico. Apesar disso, é extremamente difícil compreender a distinção entre saber apriórico e saber aposteriórico: por um lado, a consciência de regras de falantes competentes é, para eles, um saber apriórico, e, por outro lado, a reconstrução desse saber exige pesquisas realizadas com falantes empíricos, donde resulta que o linguista trabalha sempre com um saber aposteriórico. Os processos mediante os quais o linguista explícita esse saber apriórico são semelhantes aos processos usuais nas ciências nomológicas. Chomsky e Piaget introduziram um paradigma de pesquisa, no seio do qual foi definitivamente abolida a separação clássica entre análise empírica e análise lógica¹⁰⁸. E é, nessa linha de pesquisa, que se situa a pragmática universal.

JOAQUIM FRANCISCO SARAIVA DE SOUSA

¹⁰⁸ Cf. *Ibidem*, p. 320-324.

A letra e o sopro

*O Espírito de Deus
É vida que dá vida
Raíz da árvore do mundo
E vento nos seus ramos.*

*É vida luminosa
Digna de todo o louvor
Que tudo suscita
Que tudo ressuscita.*

Hildegarda de Bingen (séc. XII)

Le cri de la lettre est le cri du silence. Sa visibilité est celle de l'inaçperçu. Elle se cache comme l'opacité qu'on prend pour une transparence. Noire comme l'encre sur la page blanche, le regard la fuit. Il faut s'être surpris souvent en flagrant délit de ne pas lire ce qu'on lit, pour apprendre à la respecter.

Paul Beauchamp

1. A letra pode existir na ausência de qualquer sistema de transcrição de línguas naturais. A letra não é o *escrito*, mas o escrito, gravado na pedra, impresso nas tábuas de cera ou de argila, copiado em peles mortas ou em papel, impôs-se como o vector mais apropriado à transmissão da letra. A *escrita* é o próprio da letra que tem a função de ordenar as figuras da língua e do mundo ao longo do bordo traçado pelo significante. É a letra que institui a escrita. Todos os povos dispuseram da escrita, mesmo se alguns, dispondo de gravações eidográficas, ignoraram o escrito. A letra, o traço é a única que não apenas significa mas ainda transmite a

entrada original dos humanos na palavra. A escrita não é o preto no branco que a viva voz não pode gravar na memória, não é segunda, vinda para reproduzir e conservar uma oralidade primeira.

2. Um texto é um dispositivo com duas faces ou duas vertentes. Um teatro com duas cenas. Uma visível, em que tudo se vê, se conhece e se compreende, em que os actores desempenham um cenário sem surpresa, por vezes conhecido e visivelmente regulado. A outra mais enigmática: é difícil de dizer algo dela senão que existe, que aí se passa algo e que se indica pela sua relação e as suas interferências com a boca da cena. Deduzimos as suas regras, *à la limite* da primeira cena e a partir das perturbações que nela observamos. A diferença entre dizer e escrever não é aquela que se crê por vezes. O elogio da chuva pode fazer-se oralmente e por escrito. Mas para que a obra composta aqui e agora na minha casa de Cornoalha seja recebida lá em Paris, num outro mundo, deve ser guardada, confiada à LETRA precisamente (*littera... literatura*). A letra é a conservadora da fala, a guardiã da capacidade enunciativa. É a letra que faz o texto, não a escrita. Nem tudo o que está escrito é literatura e uma obra falada pode ser literária. O verdadeiro critério está algures que no meio de conservação ou de transmissão materiais do texto. E um problema de força ou de virtude enunciativa, isto é de capacidade para instaurar um grupo de leitores ou auditores num tempo e em espaços alargados, abertos, ilimitados. Em literatura a «mise en oeuvre» precede e ultrapassa a «mise para écrit». O dispositivo de comunicação é transportado por uma estrutura de enunciação.

3. É com a escrita que a leitura se confronta. O primeiro efeito da escrita é conferir ao texto uma autonomia que o abre a desenvolvimentos ulteriores que podem afectar a própria significação. A sacralidade da Bíblia não a subtrai à sua pertença ao escrito. É o seu estatuto de escrita que torna a Bíblia disponível a todos. A cientificidade da exegese histórico crítica, e mais tarde, de outros métodos de leitura, inaugura a autonomia universal da Bíblia e faz entrar a sua leitura em modernidade. O primeiro corolário da tese da autonomia é o abandono da preocupação característica da hermenêutica romântica e ligada ao nome de F. Scheleirmacher, de encontrar as intenções do autor colocando-as como regra de interpretação. A significação de um texto é de cada vez um acontecimento que nasce do ponto de intersecção entre, por um lado, constrangimentos que o texto transporta e que se devem grandemente ao

seu *Sitz im Leben*, e por outro lado as expectativas diferentes de uma série de comunidades de leitura de interpretação¹. Um texto é autónomo relativamente ao seu autor, não à comunidade que o recebe. Os textos, que são multidimensionais, não unilineares, respondem a expectativas, como um corpo que responde a um outro corpo. A história tradicional do texto (*traditional history*) deixa as suas marcas nos textos. O processo interpretativo não se limita, pois, a restituir o texto à sua fonte ao longo de reactualizações repetidas, mas tem de re-inventar, re-figurar, re-orientar o modelo. A recepção não é só leitura e menos ainda leitura especializada, mas palavra nova pronunciada a propósito do texto e a partir dele. É assim que a tradição judaica fala, inseparavelmente, de uma «Tora escrita» acompanhada por uma «Tora oralmente transmitida». A *Michna* e a *Guemara* formam aquilo que se chama o Talmude, a lei oral judaica. A Tora é para os judeus um texto de fé, que toca a vida e a morte, um texto existencial. O Talmude (Tora oral) completa a Tora escrita. Os talmudistas são de facto os exegetas da Tora: os «Rabinos» discutem acerca do sentido desta ou daquela história, deste ou daquele versículo, de tal ou tal letra da Tora. A lei escrita está ligada à lei oral, à interpretação (*midrach*). O escriba (*sofer*) é o «contador» e o «calculador». Ele conta todas as letras, todas as palavras e capítulos da Tora. Cada letra é contada, mesmo os brancos e os silêncios contam. O escriba define um texto que se tornou o próprio modelo do mundo, mais essencial do que o mundo: «é compreendendo a Tora, definitivamente fixada, que compreendo o sentido do mundo e da vida no mundo. Donde a necessidade de não mais tocar na Tora. Acrescentar ou cortar uma letra seria destruir o mundo»². Não falta, contudo, quem considere perigoso pretender que Deus talhou o mundo dentro das letras, ou que ele é criado pelo discurso divino, chegando a dizer-se que as letras são o martelo divino³. Como se a gramática coincidissem com a ordem do mundo. Os cabalistas (os predecessores dos hermeneutas nisto de acreditar que por baixo de um texto explícito corre um texto escondido) crêem que Deus se inscreveu nas 300 000 e tal letras da Tora, sendo cada uma delas uma centelha do divino. O mundo foi criado a partir de uma combinatoria de letras que têm um poder divino. O conjunto da Tora da primeira à última letra é um grande nome de Deus. Ler e interpretar

¹ RICOEUR, P.; LaCOCQUE, A. - *Penser la Bible*. Paris: Seuil, 1998, p. 9.

² OUAKNIN, Marc-Alain - *La plus belle histoire de Dieu*. Paris: Seuil, 1997, p. 54.

³ Cf. BOURDIL, Pierre-Yves - *L'Écriture et la pensée*. Paris: Cerf, 1998, p. 29.

seria tomar cada letra para a «abrir» e libertar a centelha divina que ela contém. O princípio hermenêutico dos Reformadores do século XVI - *sola scriptura* - é insustentável sobre o plano da hermenêutica. Mas a sua insistência em que o Espírito Santo que inspirou a Escritura inspira o leitor, assegurando-lhe a sua leitura na fé, do mesmo lance subtrai a Escritura à sua confiscação institucional e coloca-a no seu horizonte de recepção mais singular: o coração do crente.

4. A exegese moderna é responsável por este divórcio, que deriva da sua concepção de um texto fixo (na sua versão textualista ou literalista). A exegese «canónica» recente (inclusive o método histórico-crítico) contribui para esta concepção errónea do texto sagrado. «A história conferiu uma carne à visão profética, na sequência do que a visão se tornou digna da inscrição na memória colectiva que lhe assegura a sua mediação através do texto escrito» (*ibidem*, p. 11). O texto, cortado das suas ligações com uma comunidade viva é um cadáver entregue à autópsia. Resta a plurivocidade irredutível dos textos. Plurivocidade do texto e leitura plural são fenómenos conexos. Um texto também é feito do sentido corporal da letra de que brotam energias, e de que se desprende uma lógica das intensidades e dos afectos. O escriba obriga a parar diante da letra. Mas é o facto de ser tocado que autentica a palavra recebida - o que não depende de mandato, ditado ou diploma. A palavra só pode ser apreendida quando é *dirigida*, quando deixa traços da sua passagem no sujeito que escuta. O leitor quando começa a ler deve renunciar à ilusão de um saber fácil e total, dum domínio do sentido. O mesmo para quem escreve e para quem se dispõe a praticar um método de leitura.

5. É preciso contrariar a ideia mítica de um «ditado» das Escrituras, evitando também o idealismo daqueles para quem só o «sentido» é inspirado. «Se a Palavra não apaga a letra, se a letra mata mas não é matada, é porque a letra permite passar da palavra ao corpo»; «é a letra que, pela sua repetição como signo da memória e do desejo se revela como porta, como passagem do começo no fim»⁴. Para que a letra da Escritura se torne verdadeiramente nossa foi necessário que fosse «arrancada» do conteúdo das representações da história passada. Richard Simon opõe aos Padres, não os historiadores, mas os gramáticos, os que estabelecem as leis

⁴ BEAUCHAMP, Paul - *Le Récit, la Lettre et le Corps*. Paris: Cerf, 1992, pp. 36 e 39.

da letra. Primeiro é preciso estabelecer a verdadeira letra, depois afastar desta os malentendidos recontrando o sentido literal. É que o sentido literal não é claro e límpido: «eles (os reformados) ousam assegurar que a Escritura é por si mesma clara e fácil de entender»⁵. Lutero chama a atenção para o Gramatical. Veja-se o comentário do Salmo 119: porque é que o salmista implora a Deus que lhe envie a sua palavra, quando habitualmente não pedimos a alguém palavras mas coisas? É porque, responde ele: «Nas palavras estão escondidas pela fé as coisas invisíveis, é por isso que aquele que tem as palavras tem pela fé todas as coisas, mas escondidas».

6. A letra faz barragem ao sentido, pelo facto de concentrar em si todo o poder e essência da lei. Donde a questão: é a lei ou a letra tudo e onipotente? Ou, pelo contrário, a lei, na sua forma essencial da letra, é mentirosa, falando da vida onde corta, proíbe o acesso à completude e trabalhando apenas para a morte? A letra e a lei fundam o «simbólico». Mas é o conflito que opõe Jesus aos escribas/doutores da lei que há-de levá-lo à morte. O NT não diz que Jesus aboliu a lei. O Primeiro Testamento não é abolido pelo Segundo, mais reinterpretado, e neste sentido «realizado». A leitura cristã não é um substituto, mas uma alternativa à leitura judaica tradicional. Um texto não é feito só de gramática e de «sentido». O NT apoia-se naquilo que está no coração da letra, a resistência que ela opõe às descodificações de símbolos ou às tematizações moralizantes dos doutores da lei e do sentido. A lei não pode ter a onipotência que lhe atribuem os literalistas, ela não é a chave universal das descodificações mas o lugar duma *interpretação*. «Têm Moisés e os profetas, que os escutem» (Lc. 16, 29). A leitura figurativa do AT que inaugura o NT não deixa passar nenhum jota, nem significante, nenhuma figura da letra. Mas há um conflito imemorial que marca as interpretações do que é o sentido literal (que conhece flutuações e métodos) e o sentido espiritual (que designa a *res* que é a encarnação histórica do Verbo e a entrada definitiva e ainda a vir de toda a humanidade na glória de Cristo). Ainda não saímos da crise modernista: como pensar a passagem do literal ou espiritual?

7. A multiplicidade dos sentidos obscurece a inteligência. Mas os textos têm vários sentidos, de facto. O treinador de futebol da selecção

⁵ Vd. *HISTOIRE critique du Vieux Testament*, III, 11. Mas Lutero dizia: «Queremos antes de tudo chamar a atenção para o Gramatical, porque é ele que é verdadeiramente Teológico» (*Operationes in Psalmos*, 1519).

inglesa foi demitido por ter sido considerado anti-cristão. Tudo porque Glenn Hoddle se permitiu fazer uma leitura literalista da Bíblia. Que fazer então destes textos? Reduzir o sentido espiritual ao sentido literal, que é dado como fundante, *norma normans*? Privilegiar o sentido natural, desqualificando a leitura alegórica e a sua pertença ao canon, como fez T. de Mopsuéstia? Marcião, que considera Paulo o único apóstolo autêntico, sustenta que a ruptura entre cristianismo e judaísmo deve ser considerada como absoluta: não é do mesmo Deus que se trata numa e noutra das duas religiões⁶. O Pai simbólico (revelado pelo cristianismo) deve distinguir-se do pai criador ou real. Mas donde vem a necessidade do sentido único? Do *sensus fidei*? Mas não resultará daí uma anexação do sentido? Como partilhar então o dito de Gregório Magno, segundo o qual: *Divina eloquia cum legente crescunt*?⁷

8. A antítese entre *gramma* e *pneuma* tem sido ao longo da história um princípio hermenêutico. À leitura «literal» haveria que opor uma leitura «espiritual» do A.T., ou mesmo do N.T. - uma interpretação alegórica ou cristológica. Confundiram-se as perspectivas distintas de 2 Co. 3, 6-11 e 12-18, utilizando-se a antítese das duas economias históricas do v. 6 como se ela fosse a chave das considerações posteriores sobre o modo de «ler Moisés». Erro explicável, mas erro. A leitura pneumática é uma leitura cristológica do texto. Subsiste o problema de leitura e de produtividade dos textos e o facto que a Bíblia só existe lida (P. Beauchamp). A Bíblia não é um depósito inerte, como sugere mal a palavra «Testamento». O «documento» é «instrumento» aos olhos duma instituição que delimita - Canon - mas que assegura a coexistência dos livros no Livro, dando-lhes um espaço de simultaneidade para a leitura, perpetuação do acto inicial na duração: diacronia duma sincronia (P. Ricoeur).

9. O dispositivo tradicional de leitura na Igreja é «literalista», mais do que «alegorista». Como se a literalidade fosse a evidência de um sentido primeiro. Ou a letra não tivesse também o seu «espírito». Mas o pro-

⁶ Boas razões teria Marcião: a luta de Paulo contra os judeo-cristãos de estrita observância, a sua concepção acidental do cristianismo e a sua polémica sobre a dimensão mortífera da Lei. O Evangelho novo não é um começo absoluto. Mas não existe nenhum texto de Paulo que se pareça com a doutrina de Marcião. O acento sobre a ruptura com o judaísmo mais do que sobre a continuidade é uma tese militante, não ontológica. Contra o ultrapaulinismo, o «centrismo» de Paulo.

⁷ Ver BORI, Pier Cesare - *L'interprétation Infinie*. Paris, Cerf, 1981.

blema maior foi sempre o de como gerir o lado estável e fugidio do signo: como sustentar a dinâmica do reenvio perpétuo, próprio da sua natureza. Ligar o signo à «verdade da coisa», fazer dele um traço da Verdade, canalizando-o através de quatro caminhos (os quatro sentidos da Escritura), acusava já o perigo que se tentava (de)limitar. Para obviar à inflação vertiginosa, incontrolável, do signo criou-se a prática do sistema da repetição, das *Silva locorum* e das *auctoritates*, ou recorria-se às malhas da ortodoxia como último bastião do seu arbitrário cultural⁸.

10. Nem o judeu nem o cristão são o povo do Livro, mas «povos da interpretação do Livro». O Talmude é absolutamente iconoclasta, escreve M. A. Ouaknin: «ele 'mata' toda a imagem estabelecida de Deus»⁹. Encerrar Deus numa compreensão única é matá-lo ou deixá-lo morrer. O dogma passar por ser a justificação de uma dominação eclesiástica excessiva, que impõe a servidão à Escritura. De facto, a dogmática, de certo modo, congela a palavra, confina-a a um sistema teológico. Ora, as asserções dogmáticas são critérios e limites de interpretação da Escritura que não é uma crónica nem uma enciclopédia. Durante muito tempo a Escritura lida em igreja e na fé da igreja interpretava-se em função do dogma que a unificava cristologicamente e levanta os obstáculos textuais¹⁰.

11. «A letra mata, é o Espírito que faz viver» (2 Co. 3, 6). Para Paulo não se trata unicamente da letra do Antigo Testamento. Cristo não nos livrou apenas da Lei de Moisés, mas de toda a letra, de toda a lei exterior. Mesmo que fosse a do texto evangélico. «É preciso tomar o Evangelho à letra». Sim ou não? Glosar é enfraquecer? «A veneração dada à Bíblia mascarava uma vontade de 'divinizar' a igreja e de justificar assim a sua intolerância e o seu apetite de privilégios sociais, económicos e políticos» (Duquoc, 73). Para responder ao apelo é preciso compreendê-lo e interpretá-lo, num mundo que se tornou diferente, de maneira criadora. Que é *compreender* e *interpretar*? A letra é legião. O plural marca a letra, dividida entre si mesma e o seu outro. Vejamos, por exemplo, Mc. 5, 1-20. Impureza, demónios, idolatria, de tudo isso Jesus triunfará - eis o resumo fácil que os exegetas fazem deste texto. Nem a nota milita-

⁸ MOURÃO, José Augusto - *A sedução do real. Literatura e semiótica*. Beja, 1998, p. 37.

⁹ OUAKNIN - *La plus belle histoire*, p. 63.

¹⁰ DUQUOC, Christian - Un compromis précaire: énoncés dogmatiques et exégèse. In LV 231, 72.

rista que assimila os demónios a um exército (a legião romana comportava 6000 homens e os demónios são 2000) escapa ao contorcionismo da letra. Nós domesticamos os textos como domesticamos os porcos: com farelo. Contentamo-nos com os consensos (negociantes da diferença); a divisão, a linha de partilha ressentimo-la como demoníaca. Recuamos diante do choque que é a metáfora - porque todo o enigma põe em perigo de morte. Vivemos de um excesso de consciência hermenêutica sem ter passado pela língua (experiência). É isso que origina uma doença: a interpretose. Da letra ao figural. O figural é a letra que trabalha no discurso. «A letra tem a função de guardar e reavivar o traço mnésico de uma experiência fundadora. Ela mantém em reserva no discurso um efeito de significação a vir, como a promessa do regresso possível desse momento em que sentir e falar são um só: algo a vir, que não é o discurso, ainda menos a escrita, e que todavia é anunciado pela intensidade da enunciação concentrada no traço da letra mas que se deixará reanimar pela presença e da voz, já não figuras faladas do mundo, mas palavra vinda ao dia e tocada na carne»¹¹.

12. O texto de Mc. 5, 1-20 mostra o fracasso de um encontro: deixa a região, vai-te! Jesus perturba a ordem do medo e da expulsão instalada - o crime está no começo de todas as culturas como o *acting-out* por excelência, exorcismo, sacrifício. Que tempo é esse que tem os demoníacos com medo de serem incomodados, transformados? Que indicia o texto? O que a humanidade real é relativamente ao que deveria ser; enquanto julgamos encontrar sentido naquilo que sentimos ou imaginamos em vez de estarmos atentos à nossa vocação de filhos, recusamos mudar de vida e de lugar; sem ligação à Palavra Originária que traduz o interdito de se satisfazer a si mesmo, o homem aliena-se, fica preso nas armadilhas da confusão das sensações com o sentido, da satisfação pulsional com o desejo do Outro; esta confusão origina-se sempre numa recusa da diferença e do prazer de estar com: viver é estar *contra* na anulação do desejo do outro; ao confiscar imaginariamente o Espírito num órgão, imagem ou objecto, que se torna como que o seu interlocutor vivo, fala-se a si mesmo até alucinar o seu duplo. Jesus precipita o tempo e precipita os modos de aparecer: está próximo o Reino; é preciso que *isso* se decida, os demónios falam para negociar a sua capitulação, uma saída, uma expulsão, logo um

¹¹ MARTIN, François - *Pour une théologie de la lettre*. Paris: Cerf, 1996, p. 334.

nascimento caricatural, travestido. No grito dos possessos está o medo e o pressentimento da necessidade dum devir humano, fora do estado de selvajaria e de desdobramento em que estão retidos. É preciso que isso se decida. Falar é já negociar a sua capitulação. Negociamos para continuarmos como somos: animais. A ideologia ética tem aqui o seu fundamento. As rotinas de sobrevivência são indiferentes ao Bem, qualquer que ele seja. O animal humano não releva «em si» de nenhum juízo de valor.

13. Compreender que «odiar» (seu pai e sua mãe, Lc. 14, 26) é a única maneira de dizer em hebreu «amar menos» e portanto preferir outra coisa; que «odiar a sua vida» (Jo. 12, 25) ou «carregar a sua cruz» (Lc. 14, 27) se entende do martírio, em razão da iminência da crise escatológica e não de uma autodestruição permanente. Interpretar de maneira criadora, em outros contextos¹². «Mais vale casar-se que abrasar» (I Cor. 7, 9), «Que cada um fique no estado em que está» (I Co. 7, 20: o escravo), «Aquele que se casa com uma mulher repudiada comete adultério» (Mc. 10, 11): nas vidas e numa história que duram, se o Reino não irrompe, num mundo em que a sexualidade e o casamento, a condição da mulher, o trabalho e vida social mudaram tanto de forma e de sentido, as mesmas palavras não têm a mesma significação. Defender a dignidade da mulher, por exemplo, ou a igualdade fundamental dos seres diante de Deus, podia exigir aqui a proibição do repúdio e ali a possibilidade do divórcio; ali o respeito pelo escravo, aqui a sua libertação. A letra é a estupidez e o medo¹³. O grau zero da recepção de um determinado texto equivale ao reconhecimento do texto como texto morto no devir do sistema literário (ou religioso). Um texto literário pode ainda tender para um paradoxal grau zero de recepção, não por escassez de concretização, mas pela sua sujeição frequente a um tipo rigidamente canónico de concretização que provoca a usura formal, semântica e pragmática do texto - uma modalidade de concretização que não é matriz de uma renovada «vida do texto», mas que exaure ou anule a «vida» do texto mediante um *ersatz* de leitura - v.g. a leitura-estereótipo imposta, defendida pelos mecanismos da

¹² SILVA, Vítor M. Aguiar e - A leitura de Deus e as leituras dos homens. In *Colóquio*, nº 100, 1987, 19-23.

¹³ Ler a este propósito JOSSUA, Jean Pierre - *La foi de jour en jour*. Paris, Beauchesne, 1988, p. 78-79.

engrenagem eclesial. O apelo à criatividade, que tem regras, faz-se em nome da resistência à usura do quotidiano¹⁴.

14. Jesus faz o elogio da letra (Mt 5, 17-18) contra a deriva interpretativa, a interpretose que uma idolatria. Porque é a letra, na sua opacidade, que guarda os textos do assalto dos ladrões de palavras. A Letra é o agente da Lei. «A Letra honra o silêncio e abre uma passagem a quem quer livrar-se do ídolo»¹⁵. P. Beauchamp atribui à Letra o meio para explorar a estreita associação que aparece na Bíblia entre Sabedoria e Escritura e um remédio contra o ídolo. A letra faz a obscuridade em que se escondem a opção e o discernimento entre a Sabedoria e o Ídolo. Frequentar a Letra é frequentar o negativo, com os seus riscos e perigos, os da dominação e do sofrimento. A Escritura é, como a Incarnação, um remédio, uma cenose do Verbo (S. Agostinho, *De doctrina christiana* II, 5, 6, BA 11/12, p. 142-143; vd. *Ennarratio in Psalmum* 103, sq. 4, CC40, p. 1521). O orgulho falseou o exercício da inteligência; o reconhecimento da autoridade da Escritura, que supõe a humildade, torna-se então o remédio apropriado que dará ao homem a capacidade de reconhecer Deus através do criado através da sua inteligência. Quem tem a letra tem a força, domina. A *auctoritas* das Escrituras não se substitui à *ratio*, purifica-a e eleva-a. A letra é o agente da Lei; passamos por ela (passagem da Sabedoria/Espírito) ou assolapamo-nos nela (é a imobilidade do ídolo). Escribas: homens da letra, do escrito, do Livro, peritos da explicação da Escritura.

15. Paulo associa o sopro à compreensão cristã da Escritura (2 Cor. 3, 14-18): o sentido das Escrituras da antiga aliança só se desvenda ao leitor se este se volta para o Senhor (v. 14 e 16). Esta conversão arrasta a comunicação do sopro (v. 17a) que é o instrumento de uma relação livre (*eleutheria*, v. 17b) tanto com a Escritura como com Cristo. Antes, Paulo declara que os seus colaboradores e ele próprio são ministros duma aliança nova, não do escrito mas do sopro (*ou grammatos alla pneumatos*, 3, 6) acrescentando logo a seguir: «porque o escrito faz morrer, mas o sopro faz viver» (*to gar gramma apoktennei, to de pneuma zôiopoiëi*). Esta fórmula, retirada do seu contexto, tornou-se popular, servindo para opor

¹⁴ MOURÃO - *A sedução*, p. 52.

¹⁵ BEAUCHAMP, Paul - Pour une théologie de la lettre. *RSR* 67/4, 1979, p. 481.

o espírito e a letra duma lei ou regulamento. Para Paulo trata-se de outra coisa: o *pneuma* é o Deus! Já é com parcialidade que Paulo reduz o ministério da aliança mosaica a um serviço literal da Lei como foi gravada na pedra (v. 7). Em contraste é que ele faz referência à profecia da nova aliança combinada com a profecia de Jeremias (31, 31-34) e de Ezequiel (36, 26 s). Mas um pouco mais adiante, Moisés representa positivamente a Escritura (v. 15). Aqui o sopro deixa de se opor ao escrito como portador de vida ou de morte (v. 6) mas dá «a liberdade» de aceder à Escritura (v. 15-17) e do face a face com o Senhor de glória (v. 17-18). O sopro é a força dos tempos messiânicos. Em dois outros lugares Paulo substitui a antítese *gramma-pneuma*. Em Rm. 2, 29 exalta «a circuncisão do coração, que é segundo o sopro e não o escrito». E em Rm. 7, 6, «a novidade do sopro» é oposta à «vetustez do escrito». Estamos então em presença de dois regimes sucessivos que nada têm que ver com aquilo que o destino interpretativo da fórmula. Melhor valeria opor texto e sopro ou Escrito e Espírito.

16. Inspirando-se da visão de Ezequiel (37, 1-14), Paulo vê aí uma profecia da criação do povo pneumatóforo dos tempos messiânicos (Rm. 8, 2-11; 2 Cor. 3, 6). A acção do sopro nunca se dissocia da obra de Cristo, garantindo-a contra as aberrações do subjectivismo iluminista. A graça manifesta-se na obediência ao sopro que tem uma dimensão proléptica. Sob o impulso do sopro, a ética é uma graça antes de ser uma obediência e a própria obediência é uma docilidade ao impulso do sopro. O imperativo é: seguir o sopro e não os desejos da carne. A nova condição ética do homem é caracterizada por Paulo pelo termo de liberdade (Ga. 5, 1.13). Os desejos da carne subsistem, ameaçando a obra que o sopro começou (Ga. 3, 3). A nova liberdade consiste em escolher a lei do sopro em vez de sofrer a lei da carne (Ga. 5, 16 e 24). O antagonismo da carne e do sopro impede ao crente a via da autonomia moral. Só o sopro, conduzindo o crente desde dentro o liberta da Lei exterior. A vida dos crentes depende do sopro (v. 25a). Donde a parénese: «se vivemos pelo sopro (indicativo), caminemos também segundo o sopro» (imperativo).

17. A letra mata quando o sopro se retirou: «tudo é permitido» (1 Cor. 10, 23)¹⁶. A Escritura pertence à *dispensatio temporalis* quer

¹⁶ BADIOU, A. - *Saint Paul*. PUF, 1997, p. 108.

dizer é provisória: desaparecerá na visão em que contemplaremos directamente o Verbo. O desassossego da letra: a Escritura é inesgotável quando lida no Espírito (vd. *Confissões* XII, 27, 37, BA, p. 406-407): «*as vozes apagam-se à medida que o Verbo cresce*». À sabedoria armada de retórica Paulo opõe uma demonstração de espírito (*pneuma*, o sopro) e de potência (*dunamis*)¹⁷. A sabedoria dos homens opõe-se ao poder de Deus. No meio intelectual grego a categoria essencial é a sabedoria (*sophia*).

18. A torre de Babel caíu em pedaços: a nossa única esperança é reencontrar a palavra comum. A cultura pós-cristã desata o Evangelho das suas fixações; a cultura pós-moderna desata-o dos conflitos instalados na modernidade. Não há regresso a um Evangelho puro, limitado a uma simpatia por Jesus e a um certo gosto pela fraternidade. Não há regresso e o amor é um abismo. Aquilo que o Evangelho diz: «é esta relação entre nós, em que todo Deus passa naquilo que permanece e nasce entre nós como amor. E isso não destrói Deus, senão o Deus das antigas fixações; isso faz surgir e manifestar-se o inacreditável, porque é a transgressão da ordem do mundo, nascimento da humanidade, o inacreditável, o impossível, mas mais necessário desde que nasceu».

19. De «Saga - Fuga de J. B.» de Torrente Ballester, os censores dizem: «é totalmente impossível de entender». A acção decorre numa povoação imaginária, Castroforte del Baralla, onde há lampreias, um corpo santo que apareceu na água e uma série de loucos que dizem muitos disparates». O poder não gosta do figurativo, não tolera senão o literalismo. É por virtude da letra que domina nos relatos bíblicos, «a atmosfera de seca» de que fala Martin Buber. Mas ela é o inimigo da vista porque nada lhe mostra (*mân hû*). Porque a ficção critica a história. Ora, escreve P. Beauchamp, «a letra, esse 'artefacto' do escriba técnico, é o depositário da ficção, dá a medida exacta do seu projecto. A letra continua a criticar a crítica, a gritar ao céu, a juntar, como o maná, no seu traço vertical, o mais alto e o mais baixo»¹⁸.

20. A relação primordial dos Judeus com Deus é a relação com um texto, a Tora. A mística judaica tem uma fórmula surpreendente para dizer

¹⁷ *Ibidem*, p. 29.

¹⁸ BEAUCHAMP - Pour une théologie, p. 31.

essa relação: «O Santo (Deus) Bendito seja e a sua Tora são um só». Mas os talmudistas viram o risco de um Deus-objecto deste mundo, isto é, um ídolo. No caso da Tora, seria a idolatria do Livro e da Lei. Para não se apropriar de Deus-Livro, era necessário dar a este Livro um sentido infinito. A definição do Talmude consiste nesta palavra plural devida à pluralidade das interpretações. Há sempre um comentário sobre o comentário. O Talmude não diz O sentido da Tora, abre-a ao plural do sentido.

21. A lei de ferro morreu. O Evangelho será instância interpretante actual e não objecto de uma interpretação. A interpretação viva da Escritura é a criação hoje da interpretação da existência¹⁹. Na sua aparição histórica, o Evangelho nasce em meio judaico e em fé judaica; logo, em relação com o helenismo e o mundo romano. Nós estamos agora no mundo do declínio do cristianismo estabelecido, na usura dos seus suportes, na confrontação com o ex-cristão; e num mundo diferente. O Evangelho como anúncio feliz aqui e agora exige que na condição presente surja o homem. O homem que nasce é a derrota da ordem do mundo e o «rigor» tão proclamado é finalmente o rigor da morte. A Letra obriga a escolher: «Ou passamos pela letra e é a passagem da Sabedoria e do Espírito. Ou alojamo-nos sedentariamente na Letra, e é a imobilidade do Ídolo»²⁰. A espada e o espelho. Salomão e S. Tiago. Vivemos entre a desobediência e o fascínio da Letra: «acaçapar-se na Letra é evitá-la é uma só e mesma dupla mentira»²¹. Dois caminhos: a obediência (a via da Sabedoria, disfarçada de Loucura) ou a via do deus deste mundo (a via da Loucura disfarçada de Sabedoria). O ídolo é visível enquanto Deus se manifestou no não-ver do povo, não ver que podemos ligar às propriedades da Letra. Uma diferença notável: a revelação não se faz na Letra mas na Palavra. O conteúdo da Lei («não idolatria») é justificado pela sua forma, que é a voz. Conforme está escrito: «Esta pedra ouviu a voz» (Jos. 24, 27). Da Letra ao corpo e à Palavra. A Palavra deuteronomica assenta num corpo («escreverás a Lei entre os olhos, no coração, nos punhos»), o cosmos no seu estado de promessa, o mundo criado pela Sabedoria (a casa, as portas) ou então detido como prisioneiro pelo Ídolo. Mesmo os enunciados dogmá-

¹⁹ BELLET, M. - *L'extase de la vie*. Desclée de Brouwer, 1995, p. 64.

²⁰ BEAUCHAMP - Pour une théologie, p. 484.

²¹ *Ibidem*, p. 485.

ticos relevam mais da ordem «simbólica» (o aqui-real que escapa aos nossos raptos e se ri dos nossos conceitos) do que do rigor científico que os marca de alguma univocidade: «o enunciado dogmático não é a oração... Ele significa a fractura no texto que nenhum saber poderia obturar»²². O fragmento de Êxodo, 3, 14 conduz ao ponto em que o acto audacioso de «nomear Deus» escapa simultaneamente a todos os géneros literários considerados e a toda a *hybris* conceptual»²³.

JOSÉ AUGUSTO MOURÃO
(UNL-DCC)

²² DUQUOC - Un compromis, p. 78.

²³ RICOEUR; LaCOQUE - *Penser*, p. 18.